



A educação ambiental crítica feminista e as redes sociais: uma análise da atuação de sistemas de dominação patriarcal, capitalista e colonizadores

Laryssa Louzada de Assis¹

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0644-9357>

André Luís Castro de Freitas²

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4566-3655>

Carolina Belasquem de Oliveira³

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2079-2213>

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados parciais de um projeto de doutorado que está sendo realizado em Programa de Pós-graduação, nível de doutorado, em uma instituição na região sul do país. Adota a abordagem do materialismo histórico e utiliza a Netnografia para analisar as redes sociais focando em temáticas feministas de cunho crítico, além da técnica de estudo da leitura imanente para os aprofundamentos teórico-metodológicos. O objetivo é analisar como a educação ambiental crítica pode ser compartilhada por meio da cultura virtual contemporânea, especialmente nas redes sociais. A hipótese central é que as redes sociais podem ser utilizadas como forma de combate aos sistemas de dominação que sustentam as desigualdades sociais. Concluiu-se que integrar fundamentos dos feminismos críticos e interseccionais à educação ambiental crítica contribui para o combate às narrativas opressivas que dominam esses ambientes.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica. Redes sociais. Capitalismo patriarcal. Colonialidade.

¹ Em doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). E-mail: laryecra@gmail.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: dmtalcf@furg.br.

³ Professora substituta da Faculdade de Direito (FADIR), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: carolinabelasquem.adv@gmail.com.

Educación ambiental crítica feminista y redes sociales: un análisis del papel de los sistemas de dominación patriarcales, capitalistas y coloniales

Resumen: Este trabajo presenta los resultados parciales de un proyecto de doctorado que se lleva a cabo en un Programa de Postgrado, nivel doctorado, en una institución de la región sur del país. Adopta el enfoque del materialismo histórico y utiliza la Netnografía para analizar las redes sociales, centrándose en temas feministas críticos, además de la técnica de estudio de la lectura inmanente para el análisis teórico y metodológico en profundidad. El objetivo es analizar cómo la educación ambiental crítica puede ser compartida a través de la cultura virtual contemporánea, especialmente en las redes sociales. La hipótesis central es que las redes sociales pueden usarse como una forma de combatir sistemas de dominación que sustentan las desigualdades sociales. Se concluyó que integrar fundamentos de feminismos críticos e interseccionales en la educación ambiental crítica contribuye a combatir las narrativas opresivas que dominan estos entornos.

Palabras clave: Educación ambiental. Redes sociales. Capitalismo patriarcal. Colonialidad.

Feminist critical environmental education and social networks: an analysis of the role of patriarchal, capitalist, and colonial systems of domination

Abstract: This work presents the partial results of a doctoral project that is being carried out in a Postgraduate Program, doctoral level, at an institution in the southern region of the country. It adopts the historical materialism approach and uses Netnography to analyze social networks, focusing on critical feminist themes, in addition to the study technique of immanent reading for theoretical and methodological in-depth analysis. The objective is to analyze how critical environmental education can be shared through contemporary virtual culture, especially on social networks. The central hypothesis is that social networks can be used as a way to combat the systems of domination that sustain social inequalities. It was concluded that integrating the foundations of critical and intersectional feminisms into critical environmental education contributes to combating the oppressive narratives that dominate these environments.

Keywords: Critical environmental education. Social networks. Patriarchal capitalism. Coloniality.

Introdução

Vivemos em uma sociedade marcada pela presença das tecnologias digitais, que permeiam quase todos os aspectos da vida cotidiana. A internet e as redes sociais se consolidaram como elementos centrais das relações humanas, modificando a maneira como socialmente nos comunicamos, aprendemos e agimos. No entanto, essas plataformas não são neutras, elas refletem e reforçam as dinâmicas de poder existentes, não raro funcionando como ferramentas de controle e exploração, mesmo que ofereçam oportunidades para resistir a essas dinâmicas.

Na área da educação, as tecnologias digitais apresentam tanto desafios quanto

possibilidades, tal que podem reproduzir desigualdades estruturais, mas também tem o potencial de democratizar o acesso a conteúdos críticos, especialmente em áreas como a educação ambiental. No campo da educação ambiental crítica alinhada a uma perspectiva feminista, propomos não apenas compreender as relações entre a sociedade e o meio ambiente, mas também questionar as intersecções entre opressões de gênero, classe e raça. Nesse sentido, refletimos como o uso das redes sociais como um meio de disseminação de ideias críticas pode torna-se uma abordagem coerente para enfrentar desafios impostos pelas estruturas de dominação nos ambientes virtuais.

É nesse cenário que este projeto se desenvolve, buscando analisar como os fundamentos da educação ambiental crítica podem ser compartilhados em comunidades virtuais. Mais do que entender o papel das redes sociais como veículos de disseminação de ideias, pretendemos investigar como elas podem se tornar espaços de luta política, especialmente para mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão. A pesquisa parte da premissa de que é possível construir contranarrativas nesses ambientes.

Com isso, acreditamos que a educação ambiental crítica pode produzir formas de resistência nas redes sociais que contraponham a forma como elas são utilizadas que produzem e sustentam as desigualdades sociais. A mencionarmos as desigualdades sociais, consideramos a especificidade desta pesquisa ao analisar a parcela populacional que é atravessada de forma interseccional pelo patriarcado, pelo capitalismo e pela colonialidade, como as mulheres.

Assim, refletimos sobre a possibilidade de produzir meios para compartilhar os fundamentos da educação ambiental crítica feminista nas comunidades virtuais para além de considerar os elementos da teoria crítica feminista, mas como elementos pertencentes aos estudos de uma educação ambiental que se proponha crítica.

A pesquisa adota a abordagem do materialismo histórico e utiliza a Netnografia, conforme Kozinets (2013), para analisar os canais de *Youtube* focados em temáticas feministas de cunho crítico para que seja possível observar não apenas os conteúdos publicados, mas as interações dos usuários, as configurações sociais das comunidades virtuais e, ainda, analisar

como as mulheres são atacadas por meio delas. Para a condução da Netnografia, são analisados canais do *YouTube* e perfis em redes sociais que apresentem conteúdos de fluxo contínuo sobre feminismo crítico, interseccionalidade e educação ambiental crítica. Os critérios de seleção incluem a frequência de publicação, o alinhamento temático com os objetivos da pesquisa e a interação ativa entre os usuários.

A análise das interações considera os comentários, as respostas e os padrões de engajamento que evidenciem tanto a recepção das ideias compartilhadas como as manifestações de apoio ou resistência às narrativas críticas.

Já a leitura imanente é utilizada como ferramenta teórica para compreender as produções textuais e audiovisuais dos canais selecionados, conectando-as à sua materialidade sócio-histórica. Essa abordagem permite identificar as relações de poder e as contradições presentes nos discursos analisados, contribuindo para o aprofundamento das análises teóricas e metodológicas ao situá-las no contexto das dinâmicas opressivas e transformadoras exploradas nesta pesquisa.

A leitura imanente, a partir de Lessa (2014), é empregada para a análise teórica e crítica dos conteúdos. Trata-se de uma técnica de estudo que busca compreender profundamente um texto ao conectá-lo com sua materialidade sócio-histórica, dividida nas seguintes etapas: I) Planejamento sistemático - leitura atenta para extrair as ideias centrais e as razões dos argumentos; II) Organização das anotações – organização em esquemas visuais conectados; e III) Redação de um texto - resumo que explicita a tese e os argumentos da obra, culminando em um texto único e coeso que sintetize seu conteúdo.

Em tempos de crescente inserção das tecnologias de comunicação na vida social, compreendemos que seja fundamental explorar as oportunidades que essas interfaces oferecem para difundir conhecimentos críticos, especialmente para públicos marginalizados pela educação formal.

É preciso considerar que as redes sociais e a internet são utilizadas majoritariamente por corporações, estados, grandes empresas de tecnologia, como *Google, Meta (Facebook), Amazon* dentre outras, como forma de controle, sustentadas por monopólios que dominam

infraestruturas digitais e extraem lucro da exploração do trabalho e dos dados dos usuários. Isso reflete uma concentração do capital típica do neoliberalismo que intensifica formas de exploração do trabalho que se materializam em sua contribuição para a precarização do trabalho e redução dos direitos trabalhistas, em que a extração de dados dos usuários torna-se uma nova forma de produção e expropriação de mais-valia da classe trabalhadora.

Além disso, o uso da internet para monitoramento e vigilância do trabalho e dos cotidianos dos trabalhadores é utilizado como forma de produção exponencial de necessidades de consumo capitalista de forma que possam moldar a opinião pública e ajudarem a construir sua base de apoio a construtos ideológicos de fundamentos baseados no conservadorismo social, liberalismo econômico e nacionalismo autoritário. Isto ocorre por meio de meios controversos de manipulação de massas e marketing digital, da propagação de distribuição deliberada de desinformação, de estratégias antiéticas que utilizam lacunas nas regulamentações e, ainda, estratégias algorítmicas.

Justamente por isso, há a necessidade de produzir contrapartidas a essas atuações de forma a ampliar os espaços para resistência e contranarrativas que produzem pequenas transformações que se tornam fundamentais para mudar a sociedade como um todo, especialmente no que tange à categoria social mulheres.

Assim, a internet pode ser usada para organizar a classe trabalhadora, promover a educação política e desafiar as estruturas de poder existentes, sendo a partir desta prerrogativa que esta pesquisa está em desenvolvimento, embora ela esteja ligada, também, às necessidades do capital, como, por exemplo, o molde das formas como pensamos e nos relacionamos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como os fundamentos da educação ambiental crítica podem ser disseminados em comunidades virtuais, especialmente por meio das redes sociais, para promover contranarrativas que enfrentem as opressões estruturais relacionadas ao patriarcado, capitalismo e colonialidade.

Os objetivos específicos incluem:

1. Identificar e caracterizar os canais e perfis em redes sociais que produzem conteúdos alinhados aos fundamentos críticos feministas;
2. Analisar as interações entre os usuários dessas plataformas para compreender como as narrativas críticas se desenvolvem e são recebidas;
3. Investigar os principais desafios enfrentados por vítimas de ataques misóginos, transfóbicos e racistas; e
4. Avaliar o potencial das redes sociais como espaços de resistência e organização política, considerando suas limitações estruturais.

A hipótese central da pesquisa é que as redes sociais, apesar de frequentemente reproduzirem dinâmicas opressivas, podem ser mobilizadas como ferramentas para a construção de contranarrativas e resistência política, especialmente quando integradas às perspectivas de uma educação ambiental crítica feminista interseccional. A partir daí, a análise inicial fornece as bases para um projeto de educação ambiental que é desenvolvido nas redes sociais.

O texto está organizado em seções. Na primeira seção, são apresentados os fundamentos de uma educação ambiental crítica feminista provenientes tanto dos estudos da educação ambiental crítica como dos estudos feministas críticos. Na segunda seção, são demonstradas as primeiras observações do campo de pesquisa, em que alguns canais de *Youtube* feministas e perfis do *Instagram* são verificados para produzir uma amostragem dos conteúdos disponíveis para análise destas plataformas. Em seguida, são compartilhados os resultados iniciais da pesquisa e posteriormente seguem as considerações finais e referências.

Com isso, reafirmamos que ao compreender a educação ambiental como um campo multidimensional, torna-se imprescindível explorar os alicerces teóricos que sustentam suas práticas e discursos. Neste sentido, a análise das relações entre as opressões sociais e as práticas educacionais críticas fornece uma base para aprofundar a discussão. A próxima seção abordará os fundamentos teóricos que permeiam essas questões, permitindo uma análise detalhada das intersecções entre a teoria e a prática.

Fundamentos de uma Educação Ambiental Crítica Feminista

Para compreendermos os desafios que permeiam a educação ambiental crítica, é necessário reconhecer que essa abrange as questões éticas, sociais e políticas. Anteriormente, abordamos a relevância de integrar perspectivas críticas ao campo educacional, destacando a intersecção entre a educação e as práticas transformadoras. Essa abordagem amplia o papel da educação ambiental, reconhecendo-a como uma ferramenta fundamental para o enfrentamento das desigualdades e opressões que atravessam as relações socioambientais.

A partir desse contexto, a educação ambiental adquire um caráter multidimensional, que está para além das práticas escolares tradicionais. É nesse ponto que os fundamentos teóricos desempenham um papel crucial ao fornecerem as bases necessárias para a construção de práticas pedagógicas informadas por princípios críticos. Assim, torna-se essencial explorar os referenciais teóricos que sustentam essas práticas e que, ao mesmo tempo, desafiam as estruturas tradicionais de poder, frequentemente naturalizadas no campo educacional.

Conforme Trein (2012), a educação ambiental crítica é uma perspectiva teórica que tem como proposição urgente uma reestruturação radical nos modos de produzir e reproduzir a vida, ou seja, negar o instituído não é o suficiente, é necessária uma mudança radical, o anúncio de outra direção a ser tomada. Por vezes, a segurança daquilo que já é conhecido esmorece o ímpeto do exercício de ações transformadoras, contudo, esse estudo não é subsidiado em aportes teóricos que sustentem posturas reformistas e pragmáticas que contribuam com a manutenção da forma de organização social atualmente naturalizada. “Se vivemos em condições de exploração e alienação tanto da natureza quanto dos seres humanos, como forma necessária de reprodução do capital, se faz necessário para a superação destas uma ação consistente dos sujeitos” (Trein, 2012, p.300).

É na construção coletiva dos diálogos provenientes do entrelaçamento dessas formas de opressão que se constrói coletivamente uma trama de conhecimentos multidisciplinares que reunidos em uma área do conhecimento contrapõem as opressões e fortalecem teoricamente a práxis libertadora. De acordo com Pedruzzi (2019), problematizar o papel da

educação ambiental crítica consiste em questionar os diálogos produzidos, rejeitar a invisibilização à qual as mulheres, por exemplo, são relegadas e por último, porém não menos importante, dialogar principalmente com os grupos sociais que são afetados pela exploração capitalista, que são pormenorizados. No tocante à categoria mulheres, a educação ambiental crítica deve contribuir não apenas com a libertação da mulher branca, cisgênero e heterossexual, mas das mulheres negras, lésbicas, indígenas, pessoas com deficiência, transgênero, e etc.

Contudo, precisamos reconhecer que, mesmo que o capitalismo tenha sido instaurado de 500 a 600 anos atrás, as mulheres já enfrentavam a dominação masculina sustentada pelo patriarcado há muito mais tempo.

As mulheres já se encontravam há longa data submetidas à escravização e à subjugação patriarcal nas sociedades pré-capitalistas, mas, a partir de sua ascensão, elas foram submetidas à coalizão entre o patriarcado e o capitalismo, resultando no que Federici (2017) chama de um novo patriarcado, o patriarcado do salário, que as submete não somente aos homens, mas aos interesses capitalistas.

De acordo com Saffioti (2015), no capitalismo, o patriarcado pode ser compreendido como uma organização sociopolítica que dita que o poder está nas mãos dos homens em superioridade às mulheres constituindo uma base de privilégios. Isto fica representado pela igreja por meio da instituição do casamento católico como sendo considerado sagrado. Trata-se de um regime da exploração das mulheres pelos homens que se faz presente na sociedade assim como em todos os aspectos da vida das mulheres, pois contaminam toda a sociedade, assim como o direito patriarcal que perpassa o estado. Ainda para Saffioti (2015), perpassa, também, as atividades privadas ou íntimas na esfera da família e nas atividades públicas no espaço do trabalho, do estado, do lazer coletivo, fazendo com que essas diferenças entre o público e o privado estejam profundamente ligadas e parcialmente mescladas.

Esses sistemas de subjugação e exploração se retroalimentam no intuito de dispersar e deslegitimar resistências, em especial, a resistência das mulheres voltada para a sobrevivência das economias de subsistência, denunciando a degradação da natureza como

consequência do extrativismo inerente à economia capitalista. É por isso que qualquer possibilidade de transformação social revolucionária, só assim o é, se estiver articulada no rompimento com todas as formas de dominação.

Daí que, o trabalho, que transforma o ser humano em ser social, está voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada por meio da reprodução da sociedade, majoritariamente realizada por mulheres ao longo da história. Nesse contexto, a educação encontra-se fora da esfera da produção e inicialmente, foi também uma das funções a serem desenvolvidas no contexto familiar, impostas às mulheres pelo capitalismo, por meio, principalmente, do genocídio da caça às bruxas, que consolidou a objetificação e exploração delas.

É neste lugar de intersecção entre humanidade, sociedade e natureza mediada pelo trabalho é que se encontra a educação ambiental. Analisar o trabalho enquanto dimensão ontológica inalienável da vida humana revela a trama de inter-relações sócio-históricas que neste tempo produzem a educação ambiental crítica. Ou seja, o trabalho está voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada por meio da reprodução da sociedade, e esta está diretamente relacionada com o complexo social da educação ambiental que existe e resiste em um modelo societário capitalista.

Marx (2017) denuncia que o modo de produção capitalista reduz a classe trabalhadora à condição de mercadoria de forma que, ao fim de tudo, toda a sociedade decomponha-se em duas classes: a dos capitalistas proprietários e a dos trabalhadores sem propriedade. Para que essa dinâmica se sustente, sempre haverá nela a dicotomia entre os que compram e os que são comprados e elas serão produzidas e reproduzidas a partir de relações sociais engendradas pela necessidade da manutenção do limbo que polariza a humanidade entre abastados e necessitados.

Qualquer abordagem crítica que se dedique exclusivamente à oposição ao capitalismo corre o risco de contribuir com projetos civilizatórios, nos quais a libertação não é alcançada por todos. É dessa forma que algumas teorias que se apresentam como transformadoras se confundem com posturas reformistas. O que Pedruzzi (2019) defende é a necessidade de

questionar de que lugar fala a educação ambiental crítica, se do lugar da classe trabalhadora ou do lugar de intelectualidade mediadora.

Para Pedruzzi (2019), seria o lugar da luta antirracista ou da branquitude que, mesmo crítica, não se detém em seus privilégios e suas contribuições na manutenção das condições de exploração objetiva e subjetiva das negras e dos negros? Seria o lugar de manutenção da ordem patriarcal que minoriza a produção das mulheres, que lhes confere o lugar de coadjuvante nos processos de produção de conhecimentos?

Problematizar o papel cabido à educação ambiental crítica consiste em rejeitar a invisibilização à qual as mulheres, por exemplo, são relegadas, além de dialogar principalmente com grupos sociais que são afetados pela exploração capitalista, que são pormenorizados, deslegitimados. No tocante à categoria mulheres, a educação ambiental crítica deve contribuir também com a libertação das mulheres negras, LGBTQIAPN+, indígenas, pessoas com deficiência e etc.

Primeiras observações do campo de pesquisa

Gênero e raça/etnia são debates substanciais para a educação ambiental crítica, porque produzem compreensões concretas acerca da relação entre o trabalho e a natureza, contudo, esses debates encontram-se ausentes da grande maioria dos debates marxistas da educação ambiental crítica que é diretamente atravessada pelo cotidiano opressor imposto pelo capital. A reprodução da sociedade não é um processo neutro do ponto de vista da categoria de gênero, pois as funções realizadas por meio da educação ambiental estão diretamente vinculadas com a reprodução social, visto que refletem a interação entre os seres humanos e a natureza.

Foram apresentadas até aqui, ainda que brevemente, categorias teóricas que constituem os fundamentos da educação ambiental crítica feminista. Analisaremos como estes estão sendo apresentados e discutidos pela comunidade virtual.

Em um primeiro levantamento de dados, que deve ser aprofundado mediante continuidade da pesquisa, reconhecemos a partir da busca pelo termo “Reprodução Social”

no “Youtube”, cinco canais de fluxo contínuo que abordam a temática em profundidade. São eles: Tese Onze, Tv Boitempo, Fermento feminista, Jones Manoel e Tempero drag. Outros canais surgiram na busca, porém foram desconsiderados aqueles que não produzem materiais de fluxo contínuo e aqueles que apenas abordam a temática isoladamente e por meio de vídeos curtos. Ainda foram desconsiderados aqueles que destoam da temática de pesquisa ou da teoria crítica.

A busca pelo termo “Trabalho” resultou em muitos vídeos isolados em sua maioria distintos do sentido dado à categoria nesta pesquisa, contudo, o termo “Trabalho reprodutivo” revelou alguns resultados como o canal Orientação marxista, Revista Movimento, SOS CORPO Feminista e Senta direito garota.

Ao pesquisar o termo “Educação Ambiental Crítica” percebemos que produzem conteúdo sobre o tema de fluxo contínuo, e são encontrados, em sua maioria, em fóruns, congressos, mesas, palestras e eventos dos escritores renomados da área compartilhados por canais de instituições, em sua maioria, de ensino superior, que não possuem o termo pesquisado como temática de sua produção contínua. Essa ausência sinalizou uma possível oportunidade de atuação deste projeto.

A pesquisa do termo patriarcado não resultou canal de fluxo contínuo, apenas surgiram vídeos isolados, normalmente em canais utilizados para resenhas de livros.

O primeiro contato mostrou que há necessidade de ampliar as estratégias de busca visto que o “Youtube” mostra os vídeos conforme canais subscritos, por exemplo, por usuário. Outros termos foram pesquisados como: Feminismo marxista, Podcast feminista, Feminismo crítico e Mulheres e Capitalismo. Assim foram encontrados os canais Esquerda diário, História cabeluda e Chavoso da USP, todos de fluxo contínuo produzindo conteúdos com temáticas marxistas e feministas marxistas pertencentes à educação ambiental crítica.

Analizamos outras redes sociais, como o *Instagram*, especialmente no que tange ataques ofensivos e violentos realizados principalmente por meio de comentários de postagens. Para apresentar uma amostra breve, que precisa ser altamente ampliada durante a pesquisa de campo, apresentaremos algumas observações a partir da análise dos perfis da

deputada federal Érica Hilton e da ministra da igualdade racial no Brasil, Anielle Franco.

Nas postagens de ambas, há comentários que se repetem por diferentes perfis de usuários em mais de uma postagem e por vezes, há diversas repetições na mesma postagem: “Você só está aí porque é uma lacradora esquerdista. Nunca trabalhou de verdade”. É possível reconhecer neles a tentativa de deslegitimar suas trajetórias políticas e profissionais por conta de suas identidades e bandeiras progressistas, demonstrando como as narrativas reforçam os preconceitos ideológicos e questionam a competência de mulheres na política.

O comentário “Volta para a cozinha e deixa os homens resolverem” é frequentemente direcionado à Anielle Franco carregado de misoginia, reforço de estereótipos de gênero, contribuindo para a manutenção da subjugação patriarcal. Ademais, há muitos comentários que reproduzem a acusação “Ministra de vitimismo, não sabe fazer nada além de chorar racismo”.

Estes comentários revelam o racismo estrutural inerente à colonialidade e a negação das desigualdades sociais que também se fazem presentes nos comentários mais repetidos no perfil de Anielle como “Aproveitadora, só está aí por causa da sua irmã”, desqualificando sua atuação profissional e ignorando sua competência individual, além de reforçar ataques à memória de Marielle Franco.

No perfil de Érica Hilton é muito comum encontrarmos comentários transfóbicos como “Homem não vira mulher, você está enganando todo mundo” e “Trans não deveria ocupar cargos públicos, é contra os valores do Brasil”. São comentários motivados pela transfobia e pela rejeição às necessidades de reparação social vinculadas a questões de identidade de gênero.

Os comentários propagam discursos de ódio contra pessoas trans, contribuindo com a violência a qual estas são submetidas. O comentário “A agenda LGBT vai destruir a família tradicional. Fora!”, também direcionado à deputada, representa uma resistência conservadora as pautas de diversidade, ampliando a exclusão, por vezes fundamentados em dogmas religiosos ou políticos violentos que não toleram a possibilidade de existir pessoas transgênero em esferas de poder.

No perfil de ambas, há grande incidência de comentários como “Só quer aparecer para ganhar mais dinheiro”; “Vão cuidar da casa de vocês, política não é lugar para mulher” e “Isso é tudo uma palhaçada ideológica para desviar atenção do que realmente importa”, o que reforça a descredibilização de mulheres vistas por pessoas conservadoras como oportunistas. Estas observações geram consequências em longo prazo as quais promovem a disseminação de discurso de ódio por meio de ataques constantes que criam ambientes que podem, não raro, atingir diretamente estas mulheres, inclusive fora das redes sociais.

Essa disseminação ocorre por meio do efeito cascata, incentivando outros usuários a replicarem o discurso de ódio, gerando uma espiral violenta e massiva baseada na desinformação. Isto está diretamente relacionado à circulação de *fake news* e narrativas preconceituosas que comprometem o debate democrático e a luta política por direitos humanos.

Além disso, há também a possibilidade de impacto psicológico, visto que as vítimas desses ataques enfrentam consequências emocionais que podem comprometer sua atuação pública. Esses padrões demonstram a necessidade de regulamentação eficaz das redes sociais, para além das pequenas vitórias imediatas, denunciando a necessidade de uma profunda transformação ideológica, social e econômica para assegurar a existência de uma sociedade igualitária.

Ao lado desses ataques, foi possível identificar também postagens e comentários que funcionam como importantes contranarrativas, fortalecendo as pautas feministas interseccionais e ambientalistas. Nos canais *Tese Onze* e *Tempero Drag*, por exemplo, observam-se vídeos que articulam gênero, classe e meio ambiente, acompanhados de comentários de apoio como: “Obrigada por conectar feminismo e luta ambiental, isso abre minha visão de mundo” e “Precisamos de mais mulheres e pessoas LGBT falando de ecologia”.

No *Instagram*, perfis como o de Érica Hilton e Anielle Franco recebem, entre as críticas, manifestações de solidariedade que se repetem em diferentes postagens: “Estamos contigo, sua voz é fundamental” e “Representatividade que inspira nossas meninas e meninos”. Também é frequente a circulação de *hashtags* como #FeminismoÉParaTodos,

#JustiçaAmbientalJá e #LGBTContraOPreconceito, que reforçam a dimensão coletiva e mobilizadora dessas narrativas. Essas interações revelam que, mesmo em ambientes permeados por discursos hostis, há espaços de apoio e construção de comunidades virtuais antagonizadoras a estes movimentos violentos de dominação.

Resultados e discussões

Os resultados parciais desta pesquisa destacam o papel ambíguo das redes sociais como instrumentos tanto de dominação como de resistência. Embora as plataformas digitais estejam profundamente enraizadas em dinâmicas de poder que reforçam o patriarcado, o capitalismo e a colonialidade, elas também oferecem oportunidades significativas para a criação de contranarrativas críticas.

Durante a análise inicial, foi possível identificar que canais como *Tese Onze*, *Tempo Drag* e *Jones Manoel* apresentam conteúdos de fluxo contínuo que utilizam abordagens feministas e marxistas para desvelar as intersecções entre trabalho, gênero, raça e natureza. Esses canais têm desempenhado um papel central na disseminação de ideias críticas, especialmente para públicos que, de outra forma, poderiam não ter acesso a esses conteúdos por meio de espaços formais de educação.

No entanto, foi constatado que essas iniciativas enfrentam desafios significativos, entre os quais se destacam os algoritmos das plataformas que priorizam conteúdos com maior potencial lucrativo e engajamento superficial, frequentemente em detrimento de discursos críticos. O impacto dessa lógica algorítmica é a invisibilização de produções que não atendem aos interesses corporativos, limitando seu alcance e dificultando a consolidação de redes de solidariedade digital. Além disso, as criadoras de conteúdo crítico, especialmente mulheres negras, trans e indígenas, estão mais vulneráveis a ataques online, como discursos de ódio, assédio e transfobia. Essas violências não apenas impactam emocionalmente as produtoras, mas criam barreiras estruturais para a expansão de suas narrativas.

Por outro lado, as redes sociais também revelam potencialidades transformadoras, tal que as interações nas comunidades virtuais frequentemente resultam na construção de redes

de solidariedade, que transcendem o ambiente digital e impulsionam ações concretas na realidade. Por exemplo, as campanhas de conscientização ambiental e as mobilizações feministas que surgiram de iniciativas digitais demonstram como esses espaços podem ser apropriados para promover discussões críticas e fortalecer os movimentos sociais. Esse potencial reforça a ideia de que as redes sociais podem atuar como ferramentas de resistência, desde que seus limites estruturais sejam enfrentados.

As análises também apontaram para a importância das mulheres como protagonistas no desenvolvimento e disseminação de conteúdos críticos nas redes. Muitas vezes, suas produções são baseadas em experiências pessoais e profissionais que agregam autenticidade e profundidade às narrativas, contudo a pesquisa revelou que esses espaços ainda reproduzem a exclusão e a deslegitimação histórica enfrentada pelas mulheres, conforme descrito por Federici (2017) e Saffioti (2015). Nesta perspectiva, a criação de conteúdos críticos nas redes sociais não é apenas um ato de resistência política, mas uma tentativa de subverter estruturas opressivas profundamente arraigadas.

Uma questão crucial levantada pelos dados é o papel dos algoritmos como instrumentos de controle e exclusão. As plataformas priorizam conteúdos alinhados aos interesses corporativos, relegando discursos críticos a uma posição marginalizada. Essa dinâmica destaca a necessidade de regulamentações que promovam a maior transparência e garantam a pluralidade de vozes no ambiente digital. Além disso, a ausência de políticas eficazes, contra-ataques e discursos de ódio nas redes sociais comprometem a segurança e a liberdade de expressão das criadoras de conteúdo crítico.

Ainda assim, as redes sociais demonstram-se como espaços em que as contradições do capitalismo, do patriarcado e da colonialidade podem ser expostas e questionadas. A pesquisa sugere que estratégias integradas, que combinem a produção de conteúdos críticos com articulações políticas e educacionais tenham potencial para superar as limitações impostas pelas plataformas digitais. Essas estratégias incluem a utilização de ferramentas alternativas, como plataformas independentes ou redes descentralizadas, que permitam maior autonomia e controle sobre os conteúdos produzidos.

Por fim, as interações observadas revelam que as contranarrativas feministas interseccionais têm o poder de mobilizar reflexões profundas sobre as dinâmicas de poder e exploração. Essa abordagem se mostra essencial para ampliar a compreensão da educação ambiental crítica em um contexto digital, possibilitando a construção de práticas pedagógicas transformadoras. No entanto, para que essas iniciativas alcancem maior impacto é fundamental enfrentar os desafios impostos pelas corporações que dominam as infraestruturas digitais.

A democratização do acesso à informação e a proteção das criadoras de conteúdo crítico devem ser prioridades em qualquer projeto que busque explorar o potencial transformador das redes sociais.

Os resultados também reforçam a necessidade de uma articulação ampla entre diferentes movimentos sociais e acadêmicos. A construção de alianças que combinem perspectivas feministas, ambientalistas e anticapitalistas pode fortalecer a luta contra as narrativas opressivas que dominam o espaço digital. Essa integração, quando alinhada aos fundamentos da educação ambiental crítica, oferece caminhos promissores para a subversão das estruturas de poder e a criação de sociedades mais justas e igualitárias.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou analisar como fundamentos da educação ambiental crítica podem ser disseminados em comunidades virtuais, especialmente nas redes sociais, e de que maneira esses espaços podem ser utilizados em prol da luta de classes. Com base nos dados e na revisão teórica realizada, constatamos que é possível utilizar as redes sociais para criar contranarrativas e fomentar práticas críticas que desafiem as dinâmicas de exploração e exclusão. Essa conclusão reforça a hipótese inicial de que a educação ambiental crítica, quando alinhada a uma perspectiva feminista interseccional, pode transformar as redes sociais em ambientes capazes de promover discussões problematizadoras.

Ao longo do estudo, verificamos que as redes sociais são ferramentas ambíguas, pois enquanto são amplamente utilizadas por corporações para sustentar os sistemas de vigilância,

extração de dados e manipulação de massas, possibilitam o compartilhamento de conhecimentos críticos e a articulação de comunidades. Essa dualidade evidencia a necessidade de abordagens estratégicas que maximizem as oportunidades de democratização do conhecimento enquanto enfrentam as limitações estruturais impostas por essas plataformas.

No campo da educação ambiental crítica feminista, isso significa não apenas disseminar ideias, mas também construir alianças e mobilizar ações concretas que confrontem diretamente as opressões capitalistas, patriarcais e coloniais.

Os resultados da pesquisa também evidenciaram que as redes sociais podem ter um potencial significativo para a articulação de movimentos feministas e ambientais, respondendo ao objetivo de compreender como as intersecções entre opressões de gênero, raça e classe podem ser trabalhadas em contextos digitais.

A análise das dinâmicas das comunidades virtuais revelou que, apesar das tentativas de silenciamento e censura, esses ambientes virtuais oferecem espaço para o desenvolvimento de contranarrativas que desafiam os discursos hegemônicos. Além disso, compreendemos que a participação ativa de mulheres em redes sociais contribui para fortalecer práticas pedagógicas críticas, que valorizam a interseccionalidade e promovem a conscientização política.

Ao responder ao intuito de avaliar as possibilidades de construção de contranarrativas no ambiente digital, a pesquisa revelou que essas iniciativas dependem de uma compreensão aprofundada das dinâmicas algorítmicas e das estratégias de manipulação empregadas pelas grandes corporações. A Netnografia demonstra que a criação de conteúdos críticos em canais de “Youtube” e outras plataformas é uma prática eficaz para fomentar debates transformadores, mas exige enfrentamento contínuo às práticas predatórias. Nesse sentido, fica evidente que a articulação entre a educação ambiental crítica e feminismo interseccional é fundamental para sustentar ações consistentes e duradouras.

Ainda, acreditamos que a presença da educação ambiental crítica de cunho feminista nas possibilidades oferecidas pelas redes sociais apresenta um caminho promissor para a

contraposição das opressões contemporâneas. Essa abordagem tem o potencial de transformar não apenas as relações humanas com o meio ambiente, mas também transformar as estruturas sociais que sustentam as desigualdades.

Por fim, esta pesquisa apresenta novas perspectivas para a utilização das redes sociais como espaços de debate, embora seja um ambiente criado e utilizado para a subjugação. Integrar os fundamentos dos feminismos críticos e interseccionais à educação ambiental crítica torna possível contribuir para o combate às narrativas opressivas que dominam esses ambientes.

Estas considerações finais abrem caminho para futuras investigações que explorem formas de fortalecer e expandir essas práticas.

Referências

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

KOZINETS, Robert Venturini. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução de Daniel Bueno. Revisão técnica de Tatiana Melani Tosi e Raúl Ranauro Javales Júnior. Porto Alegre: Penso, 2014.

LESSA, Sergio. **O revolucionário e o estudo**: por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PEDRUZZI, Alana das Neves. **Sobre presenças e ausências na Educação Ambiental Crítica**. 2019. 143 f. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TREIN, Eunice. Educação Ambiental Crítica: crítica de quê? **Revista Contemporânea de Educação**. Vol.7, N.14, agosto a dezembro de 2012. Rio de Janeiro, 2012.

Submetido em: 23-12-2024

Publicado em: 19-12-2025